

Jutahy teme agitação social e faz crítica ao decreto-lei

19 FEV 1983

SALVADOR (O GLOBO) — O Senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) disse ontem que as autoridades econômicas do Governo "cometeram um grave erro que poderá gerar consequências desagradáveis" ao mudarem a lei salarial com a intenção de controlar a inflação.

Segundo ele, a mudança na política salarial poderá criar agitação social, porque os assalariados, pelo menos os setores mais organizados, cuidarão de recuperar os percentuais que o decreto-lei lhes retirou.

— Os trabalhadores — disse — vão querer aumentar o índice de produtividade, a parcela do salário deixada à livre negociação entre patrões e empregados, para compensar o que perderam. Mas, como a economia brasileira não está registrando aumento de produtividade, pois o quadro é recessivo, a negociação será difícil e há um risco muito grande de

passarmos por um período de greves e manifestações sindicais freqüentes, que produzirão um aumento dos custos de produção.

Para Jutahy Magalhães, "isso até poderia anular o pequeno ganho nos custos de produção representado por uma redução pouco expressiva nas folhas de pessoal das empresas, decorrente da mudança da lei".

DESEMPREGO

O Senador baiano acha que a mudança na lei salarial trará uma outra consequência negativa: o aumento do desemprego.

— Na medida em que a redução do reajuste salarial implica perda do poder aquisitivo dos assalariados e redução de consumo, o que fatalmente levará à redução da produção e, por esta via, ao aumento do desemprego — disse Jutahy Magalhães.

— Então — prossegue o Senador — a mudança da lei salarial, apresentada por algumas autoridades como instrumento de preservação do emprego, contém, em si mesma, um elemento gerador e desemprego. Numa ponta da linha do processo econômico, a mudança da lei poderia até preservar empregos pela contenção das folhas de pagamentos de salários das empresas, mas na outra ponta produziria desemprego, ao estimular a recessão pela redução do consumo.

Jutahy Magalhães defende a tese de que a lei salarial não deveria ter sido tocada pelo Governo e que "a questão mais urgente é uma drástica redução das taxas de juros, a ser acompanhada de outras medidas corajosas, a exemplo da contenção e racionalização dos gastos públicos, visando a obter o máximo de rendimento com um mínimo de despesa".